



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projetos de Lei n.º 10.372, de 2018, e n.º 882, de 2019

Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

EMP 6

Art. 1.º Inclua-se, no art. 2.º do PL, art. 185 com o seguinte teor:

“Art. 185.

§ 2º O juiz, por decisão fundamentada, de ofício ou a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, desde que a medida seja necessária para atender a uma das seguintes finalidades:

IV - responder à questão de ordem pública ou prevenir custos com deslocamento ou escolta de preso.

§ 8.º Aplica-se o disposto nos § 2º, § 3º, § 4º e § 5º, no que couber, à realização de outros atos processuais que dependam da participação de pessoa que esteja presa, como acareação, reconhecimento de pessoas e coisas, audiência de custódia e inquirição de testemunha ou tomada de declarações do ofendido.

§ 10. Se o réu preso estiver recolhido em estabelecimento prisional localizado fora da comarca ou da subseção judiciária, o interrogatório e a sua participação nas audiências deverão ocorrer na forma do § 2º, desde que exista o equipamento necessário.” (NR)

JUSTIFICATIVA

O dispositivo abre ampla possibilidade da realização de audiências ou outros atos processuais através de videoconferência ou outros meios tecnológicos. Não faz sentido que, no ano de 2019, acusados sejam transportados centenas de quilômetros, em situação de risco e gerando vultosos gastos públicos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

cont. EMP 6

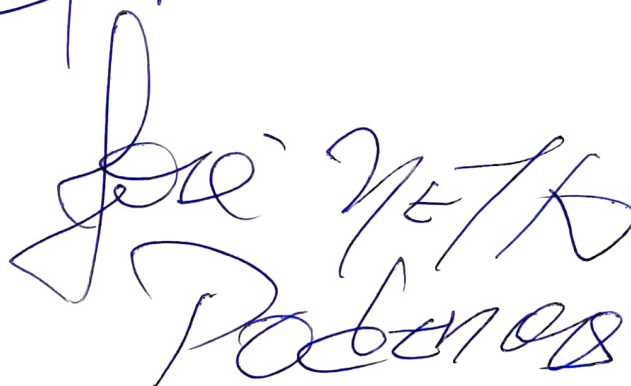
Em 2015, só o Estado de São Paulo gastou mais de R\$ 29,3 milhões, em 84.173 escoltas de presos¹.

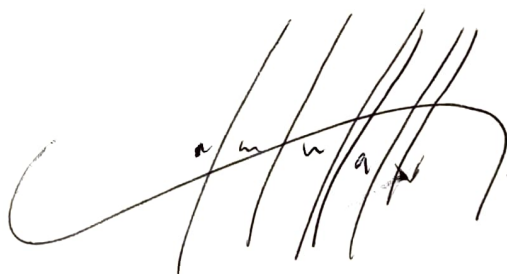
Sala das Sessões, em de dezembro de 2019.


Deputado Carlos Sampaio
PSDB/SP


Deputado Rui Carneiro
PSDB/PB


PROS
B/PR
PAULO NUNES


Roberto Roberto


Roberto Roberto



¹ Informação disponível em: <http://www.96fmbauru.com.br/noticias/geral/2016/07/sp-gastou-29-milhes-em-escoltas-depresos-em-2015.html>.